

## *Migrações Internacionais, Geopolítica e Desenvolvimento Econômico (1947-1980)*

**CÉLIA SAKURAI.**

Núcleo de Estudos de População (NEPO) UNICAMP

**ODAIR DA CRUZ PAIVA.**

Núcleo de Estudos de População (NEPO) UNICAMP

Prof. do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - FFC da UNESP

Campus de Marília e Pesquisador do

Laboratório de Estudos sobre Intolerância (LEI) USP.

### **Resumo**

*Este trabalho tem como objetivo compreender uma dimensão particular da imigração pós Segunda-Guerra Mundial para o Brasil; de imigrantes considerados mão-de-obra qualificada e inseridos no parque industrial paulista. A imigração de europeus e japoneses entre 1947/1980 realizou-se num novo contexto das relações internacionais marcado pela criação de organismos multilaterais, entre os quais, os específicos para realocação de mão-de-obra imigrante (I.R.O., C.I.M.E e JAMIC). No plano interno, as políticas econômicas gestadas pelo desenvolvimentismo dos anos 1950 e pelo regime militar, orientaram não só os processos seletivos de circulação de pessoas, como também, foram expressão das relações econômicas e políticas do Brasil no mundo do pós-guerra como um aliado secundário na geopolítica da guerra fria.*

### **Apresentação**

Este estudo está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *Imigração no pós-guerra*, traçamos um panorama sobre a questão dos deslocamentos populacionais nas três décadas seguintes ao término da II Guerra Mundial enfatizando, particularmente, a forma como essa questão foi analisada por alguns autores. A segunda, *Imigração no Brasil pós II Guerra Mundial*, está subdividida em *Legislação e Imigração pós II guerra Mundial (1947-1951): o caso paulista*. O objetivo neste momento, foi tecer considerações acerca das mudanças de várias das bases legais vigentes sobre a questão imigratória e, também, a gênese e contradições de

discursos e práticas sobre o *aproveitamento* econômico desses imigrantes, num período de acomodação e gestação de uma *nova política imigratória brasileira*.

## **I. EMIGRAÇÃO NO PÓS-GUERRA.**

A Segunda Guerra trouxe mudanças profundas no mapa geopolítico mundial; dentre elas, a reorganização de muitas das fronteiras nacionais, obedecendo aos interesses das grandes potências; trouxe também uma nova Divisão Internacional do Trabalho. O novo mapa mundial promoveu, assim, alterações de fronteiras sobre aquelas demarcadas no final da guerra em 1918 - que desmantelou os grandes impérios até então existentes e uma reconfiguração do papel econômico de muitas nações dentro da dinâmica da economia capitalista erigida após o conflito mundial. A partir de 1945, muitos Estados nacionais tiveram suas fronteiras redefinidas, e, por conseguinte, milhões de pessoas foram afetadas por essas mudanças na Europa e na Ásia.

Uma das questões prementes do pós-guerra foi, portanto, a da realocação de populações tornadas, em muitos casos, apátridas, ou daqueles que mudaram (voluntária ou compulsoriamente) de nacionalidade por essas mudanças. O final da Segunda Guerra Mundial colocou novamente em pauta a problemática dos deslocamentos populacionais. Até a I Guerra Mundial a imigração estava eminentemente ligada à evolução do capitalismo mundial, que modificara as relações no setor agrário deixando uma enorme parcela da população européia e japonesa num patamar de pobreza cuja saída foi a emigração em massa. No pós II Guerra, a questão ganhou outros contornos.

Os marcos cronológicos propostos neste estudo - 1947/1980 - apontam para um período em que os deslocamentos populacionais foram orientados pela ação de organismos supranacionais como a UNRRA, (United Nations Relief and Rehabilitation Administration), IRO, (International Refugees Organization) e CIME, (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias) no caso da imigração européia. Com relação ao Japão, a Nippon Kaigai Ijuu Renkagai e a JAMIC, (Japanese Migration and Colonization) foram as empresas que mais atuaram na questão da emigração, deslocando e fixando parcela significativa de camponeses e operários, particularmente para o continente americano.

Por outro lado, essas três décadas podem ser subdivididas em dois períodos. O primeiro, entre 1947 até o final da década de 1950 foi marcado pelas migrações transoceânicas, cujos epicentros expulsos foram a Europa e o Japão. No segundo período, que se circunscreve entre as décadas de 1960 até os anos 1980, percebemos o surgimento de uma dinâmica migratória entre países fronteiriços. Dessa forma, migrações intracontinentais ganham relevância nesse momento, como o caso da migração de latino-americanos para os Estados Unidos. De qualquer forma, nossa análise irá se centrar no processo migratório coordenado pelos organismos e empresas transnacionais de alocação de mão-de-obra cuja ação se manteve mesmo durante a segunda fase apontada nas linhas acima.

Um dos problemas que vieram à tona no período foi o das populações diretamente atingidas pela guerra. Em 1943, a UNRRA foi criada para equacionar o problema de 30 milhões de pessoas deslocadas pela guerra por razões raciais, religiosas, políticas <sup>1</sup>. Com o final da guerra, a redefinição das fronteiras nacionais tornou, como afirmamos anteriormente, uma parcela considerável dessa população em apátridas. Em 1946 a UNRRA foi substituída pela IRO, órgão ligado à ONU que concentrou suas atividades nos cerca de dez milhões de refugiados da Europa Oriental, parte destes vivendo nos campos de refugiados na Alemanha e Áustria. A IRO foi extinta no final de 1950 quando foi criado o High Commissioner Refugees of the United Nations, fórum permanente para esta questão.

O problema das migrações européias, no entanto, não se restringiu à questão dos refugiados. Estendendo-se pelas décadas seguintes, concentrou-se, fundamentalmente, na realocação de trabalhadores com perfil urbano-industrial e, também agrícola, como no caso dos japoneses,. A partir desse período, o ICEM (Intergovernmental Committee for European Migration) ou CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias) coordenou os serviços de emigração/imigração de trabalhadores europeus para países da América, África e Oceania. No caso da imigração japonesa, foi criado o Nippon Kaigai Ijuu Rengokai. A organização tinha por objetivo coordenar as ações das companhias de emigração.

---

<sup>1</sup> ÁVILA, Fernando Bastos de, Padre. 1964. **Immigration in Latin América : a study made with the co-operation of the Intergovernmental Committee for European Migration.** Washington: Pan American Union: 231.

A bibliografia sobre a imigração no pós-guerra é bastante incipiente tanto pelo volume de títulos quanto pela escassez de análise <sup>2</sup>. Isto dificulta a criação de parâmetros para reflexões teóricas, confrontos com dados empíricos ou análises de casos particulares de imigração. Os títulos disponíveis na bibliografia internacional foram produzidos basicamente entre o final da década de 1950 e início dos 60. Deste período em diante, há muitas lacunas na bibliografia sobre migrações transoceânicas como afirmamos anteriormente, voltaram suas preocupações para fenômenos localizados como a entrada de latinos nos Estados Unidos, ou o deslocamento de europeus intracontinente.

Dentre os trabalhos que tratam especificamente o tema da imigração no pós-guerra, há pelo menos dois que se tornaram referência: a coletânea de Thomas Brinley e o livro de Anthony Bouscaren <sup>3</sup>. As análises desses trabalhos demonstram que os autores se assentaram em dados e formulações produzidas pelos organismos internacionais criados no pós-guerra para gerirem as migrações internacionais. Assim, as publicações apresentam, no geral, compilações de trabalhos apresentados nos congressos e conferências desses organismos como os promovidos pelo CIME. Ambas se caracterizam por apresentar um panorama das migrações de forma descritiva, centrando-se nos exemplos de países de emigração e imigração.

Alguns comentários adicionais sobre ambos os livros podem elucidar o que apontamos acima e também auxiliar na percepção sobre o teor das discussões que estavam em pauta no período. Thomas Brinley, professor da University College de Cardiff no País de Gales compilou os trabalhos da Conferência da International Economic Association em 1958 (não cita o local de realização). Sua análise aponta as diferenças entre as migrações pré e pós-guerra. Esta conferência reuniu professores universitários de diversos países e representantes dos organismos internacionais. O Brasil foi representado pelo padre e professor Fernando Bastos de Ávila, demógrafo e sociólogo da PUC do Rio de Janeiro e autor de vários trabalhos sobre a imigração para o Brasil e América Latina entre o final dos anos 1950 e também da década de 1960. Brinley dá atenção à relação entre tendências demográficas e o impacto da migração para a economia dos países de origem e os de recepção <sup>4</sup> Descreve a dinâmica de deslocamentos entre os países de

---

<sup>2</sup> O período da Grande Imigração (século XIX e princípios do século XX) é certamente aquele que mais concentra reflexões e análises.

<sup>3</sup> Bouscaren, Anthony T. 1963. **International Migration since 1945**. New York: Frederick A. Praeger , Brinley, Thomas. 1958. **Economics of International Migration**. Londres: Macmillan & Co LTD.

<sup>4</sup> Brinley, op. cit: IX.

emigração (Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Países Baixos e o CIME), e os de imigração (Estados Unidos, Canadá, Austrália, África do Sul e Brasil), e também os movimentos intra-europeus e o Extremo Oriente. Finaliza seu estudo com discussões sobre os aspectos sociais das migrações e questiona sobre o peso real das migrações internacionais como ferramenta para o desenvolvimento econômico dos países receptores.

Já Bouscaren, segue a mesma linha de Brinley, mas dá realce à questão dos refugiados europeus como os asiáticos. O espectro geográfico é mais extenso, mas não deixa de ter como parâmetros os países de emigração e os de imigração. O comentário que queremos introduzir sobre essas duas publicações de referência é a repetição do formato apresentado: ambos descrevem a situação de cada país entendendo que o estudo das migrações deve respeitar os contextos locais, fazendo a descrição de caso a caso. Ao mesmo tempo, dividem em seus livros os países de emigração e os países de imigração, dando ênfase no interesse de ambas as partes para que a imigração se concretize. Essa bibliografia<sup>5</sup> inova, se comparada com a do período da Grande Imigração na medida em que procura analisar mais pontualmente os contextos sociais e históricos dos países de origem dos imigrantes, assim como os de recepção.

Como *porta-vozes* dos organismos internacionais a postura dos autores é plausível especialmente quando o objetivo era a implementação da imigração dirigida em detrimento da espontânea. Já no início dos anos 1950 percebe-se que os formuladores de políticas de imigração estão preocupados em refutar as iniciativas de migração particular e apresentar um aparato oficial para aqueles que quisessem buscar alternativas de vida num outro país. Os organismos internacionais se colocam como intermediários para os deslocamentos populacionais em decorrência da nova *lógica* internacional. Entendem as migrações como parte de um processo em que interesses políticos, econômicos e ideológicos estão em jogo.

Reside nesse aspecto, um descompasso entre as análises de Brinley e Bouscaren e a ação dos organismos multilaterais. Em outros termos, ao descreverem caso a caso a relação entre os países de emigração e imigração, essas análises não elucidam o contexto complexo e global das migrações no período. É como se os autores ainda se utilizassem de paradigmas *antigos* na análise dessa nova dinâmica. Interesses geopolíticos e econômicos, que informaram as ações dos

---

<sup>5</sup> Há outras publicações de cunho oficial como relatórios do CIME, da OIT, da Comissão Católica para Migrações, todas elas publicadas entre o final dos anos 1950 e início dos 60. Vale repetir o nome de Fernando d'Ávila Bastos como o representante brasileiro em inúmeros congressos e reuniões desses organismos.

organismos multilaterais, dos Estados, agências de financiamento e mesmo empresas não foram apreendidos pelas análises desses autores.

As migrações legitimadas por órgãos que estão *acima* das fronteiras nacionais foram uma forma de garantir a lealdade aos ideais da democracia em detrimento do socialismo. Ao mesmo tempo justificam os esforços dos países do bloco ocidental para a criação de organismos internacionais voltados para as migrações. Em troca, esses ofereciam apoio logístico e financeiro aos interessados. Transporte marítimo (e mais tarde aéreo), alojamento e ocupação pré-selecionada eram providenciados já no local de origem. Por esses instrumentos os organismos ofereciam garantias para aqueles que emigravam criando assim, laços entre os dois pólos do movimento migratório. Foram criadas também escolas de aperfeiçoamento profissional e também de ensino de línguas, na Espanha, Itália e Japão, a fim de melhor preparar os interessados. No Brasil, o melhor exemplo foi o CETAP (Centro Técnico de Aperfeiçoamento Profissional) que entrou em funcionamento nas dependências da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo já nos anos 1950.

Ainda com relação à análise da bibliografia sobre o tema no período, podemos inferir pelo menos três questões sobre as quais se analisam as migrações no pós-guerra, ambas tecidas para criar um discurso que justificasse as migrações. São elas:

1. discurso humanitário;
2. questão demográfica e
3. qualificação da mão de obra.

O discurso humanitário era dirigido países em condições de abrigar novos imigrantes, como forma de fraternidade entre nações. Os países devastados pela guerra estavam economicamente desestruturados, as taxas de inflação e de desemprego eram altíssimas e, por conseguinte a perspectiva de um retorno à normalidade do desenvolvimento era remota nos primeiros anos do pós-guerra. Desta forma, o amparo aos que necessitavam reconstruir suas vidas era vista como uma obrigação das nações amigas.

Uma das resoluções dos Terceiro Congresso Internacional Católico em Assis em 1957 usa esse mesmo argumento:

*A lei natural ela mesma, impõe a obrigação de abrir caminhos para a emigração dos infelizes, que se constroem com as revoluções em seu próprio país,*

*seja com o desemprego, seja pela fome a deixar o seu lugar e viver no estrangeiro”*  
(Carta de S.S. o Papa Pio XII)<sup>6</sup>.

Importante ressaltar a menção nas palavras do Pio XII à relação entre migração e ‘lei natural’ entendendo-se que o apoio humanitário faz parte do rol das qualidades do ser humano.<sup>7</sup> Há também uma crítica velada ao avanço do socialismo, particularmente nos países católicos do leste Europeu.

A questão demográfica repetia o mesmo argumento humanitário. O excesso de população era um problema para aqueles países em fase de reconstrução. A abertura à imigração a esses contingentes pelos países em condições de receber excedentes de população foi outro argumento para justificar a emigração. É preciso lembrar que na mesma época, os contornos da Guerra Fria estavam se esboçando. Portanto, havia um nítido tom político no discurso humanitário que, em última instância, visava garantir aliados para o bloco anti-soviético.

No final do ano de 1951 foi realizada uma conferência em Bruxelas para a criação do Provisional International Committee for Migratory Movements in Europe (PICMME) na qual a questão central era o problema do excesso de população da Europa. Em seguida, entre as medidas para minimizar o problema foi proposta a criação de organismos internacionais para deliberar sobre a questão. A imigração para o Brasil no pós-guerra esteve, portanto, envolvida em questões que ultrapassavam os interesses bilaterais, característicos da fase anterior.

*O imigrante é, atualmente assistido, não só pelos Estados a que está vinculado pelo seu nascimento ou pelo seu domicílio, mas ainda, por entidades internacionais específicas, estas e aqueles vivamente empenhados em conceder-lhe um tratamento que se torna, dia a dia, mais aprimorado* (Ministério das Relações Exteriores do Brasil)<sup>8</sup>.

As discussões no período sobre a complementaridade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se refletiam nas políticas de Estado, sobretudo dos países que estão incluídos no segundo bloco (a grande maioria). Nesse particular, encontramos a terceira questão apontada na bibliografia sobre o tema, qual seja: a da qualificação da mão-de-obra. O desenvolvimento

---

<sup>6</sup> TAGUCHI, Paul. 1960. *Aspects Sociaux de l'Integration des Immigrants Japonais*. In **Fourth International Catholic Migration Congress** organized by the International Catholic Migration Committee in cooperation with Catholic Immigrant Services, Ottawa, Canada, 211-25 de agosto: 131-136.

<sup>7</sup> Dentre os países membros do CIME, por exemplo, há os países simpatizantes que mesmo não enviando ou recebendo migrantes, “*desejam partilhar do desenvolvimento das migrações para o benefício da humanidade*” Ávila, 1964, op. cit.: 237 grifos nossos.

<sup>8</sup> Ministério da Agricultura INCRA. 1978. **70 ANOS de Imigração Japonesa para o Meio Rural Brasileiro**. Brasília: mimeo: 2.

econômico no período foi compreendido enquanto uma tríade composta por: industrialização - desenvolvimento do mercado interno - ampliação do mercado externo. A imigração esteve intimamente ligada a esta discussão, no momento em que a necessidade de mão-de-obra especializada para o cumprimento do objetivo de desenvolvimento era imprescindível. Tomando o caso do Brasil, por exemplo, nos anos 1950 se iniciou um intenso movimento para se modificar o modelo de desenvolvimento até então vigente, baseado fundamentalmente na agricultura.

A conjunção entre os problemas dos países devastados pela guerra com as necessidades de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos engendrou, assim, um panorama que congregava as três questões apontadas anteriormente, mas que, também, revelava a proeminência da questão da qualificação da mão-de-obra e, portanto do desenvolvimento econômico sobre a questão humanitária e demográfica.

As análises de Brinley e Bouscaren e ainda o brasileiro Fernando de Bastos d'Ávila, apontam sempre para os três temas listados anteriormente como vetores explicativos dos processos de migração. Entretanto, percebemos que não são temas com *pesos iguais*. De fato, a imigração do pós-guerra foi seletiva.

Qual o perfil profissional dos selecionados?

- técnicos especializados;
- trabalhadores industriais qualificados;
- trabalhadores industriais semi-qualificados;
- aprendizes de alguma espécie de ofício;
- artesãos preparados para abrir suas próprias oficinas;
- outros imigrantes em condições de praticar atividades em diferentes níveis de ocupação, do trabalho industrial e do gerenciamento científico, atividades intelectuais, trabalhos-chave nas indústrias<sup>9</sup>.

Os agricultores foram selecionados, também, por sua formação técnica e não apenas pela tradição familiar ou pela prática. Esse perfil do *imigrante ideal* do pós-guerra representava um paradoxo, pois, se de um lado foi construído um discurso humanitário, por outro, a qualificação dos selecionados demonstra a exclusão de muitos. O cerne da questão residiu naquilo que

---

<sup>9</sup> Ávila, 1964, op. cit: 14.

caracterizaria a imigração do período: o seu nível de qualificação. O diretor do CIME, John Frederick Thomas no 29º Congresso da instituição em 1970, define migração como:

(...) o movimento de pessoas – um processo de emigração de um país e imigração para outro. De fato, migração nesta década é um fenômeno para a distribuição de mão-de-obra (...) <sup>10</sup>.

Migrações não são mais “*peregrinações sazonais de pássaros (seasonal pilgrimate of birds)*”, segundo suas palavras. Quer dizer que a fase da aventura, do ‘fazer a América’ já não mais persistia. No pós II Guerra, as migrações foram planejadas com o fim de distribuir mão-de-obra com algum tipo de qualificação aonde fosse necessário.

### Quadro I

Countries	1952-57	1952	1953	1954	1955	1956	1957†
Argentina	202,745	63,973	34,603	43,945	29,924	17,100	13,200
Brazil	364,083	84,720	80,070	72,248	55,166	44,806	27,073
Colombia	35,287	3,793	11,619	9,078	10,797	—†	—†
Chile	20,982	7,046*	3,914*	917*	6,792*	4,147*	—†
Paraguay	4,151	—†	—†	—†	—†	—†	—†
Uruguay	37,784	6,489	6,387	6,202	9,375	6,575	2,756
Venezuela	492,517	73,300	87,865	96,672	118,150	116,530	—†
Total	1,157,549	239,321	224,458	227,228	230,204	189,158	43,029

\* Net migration figures.  
† No data available.  
‡ Up to July 1, 1957.

Fonte: BOUSCAREN, 1963: 151

A América Latina foi um desses lugares. Os chamados ‘*open spaces*’ – mencionados por Bouscaren - eram geográficos, demográficos e, sobretudo, econômicos. Se, de um lado, a Europa e Japão sofriam as conseqüências da guerra, tinham excedente populacional e mão-de-obra qualificada disponível, por outro lado, países da América Latina como o Brasil, Venezuela, Argentina, México, buscavam o seu caminho para o desenvolvimento. Com o incentivo desses organismos internacionais, puderam receber imigrantes qualificados preenchendo *espaços* em

<sup>10</sup> ICEM- Intergovernmental Committee for European Migrations. 1970. Selective Migration Program for Latin America. Washington: U.S. Government Print Off.: 3.

ocupações que nem sempre tinham candidatos locais. Contemplavam-se com as transferências de população interesses bilaterais e multilaterais que, segundo relatórios do CIME, não afetavam as economias européias e os imigrantes “*contribuem para o progresso efetivo dos seus novos países*”<sup>11</sup>.

## II. IMIGRAÇÃO NO BRASIL NO PÓS-GUERRA.

### A) Legislação.

*“O imigrante não é hoje, apenas, um simples elemento demográfico. Representa um fator econômico de alto preço, não só para os Estados de recepção, que os devem acolher, colocar e integrar na respectiva comunidade, mas, ainda, para os Estados de emigração, que os formam profissionalmente e os perdem economicamente, uma vez emigrados para outras latitudes”* (Ministério das Relações Exteriores do Brasil).<sup>12</sup>

A seguir, apresentamos uma pequena síntese dos instrumentos que deram parâmetros para a legislação imigratória brasileira até o início dos anos 1960:

### Quadro II

<i>Legislação</i>	<i>Instrução</i>
Decreto Lei 3010 de 20/08/38	Restrição para a entrada de imigrantes
Decreto Lei 7575 21/05/45	Revoga o Decreto Lei 3175 de 07/05/41 que havia restringido a entrada de estrangeiros no Brasil.
Decreto Lei 7723 de 10/07/45	Suspende os efeitos do Decreto Lei 3911 de 09/12/41 e o Decreto Lei 4166 de 11/03/42 em relação às pessoas físicas italianas residentes no Brasil e Instrução de agosto que regula a liberação dos bens dos súditos italianos residentes no Brasil
Acordo 06/06/46	Acordo celebrado entre o governo da União e o Estado de São Paulo para a introdução de imigrantes europeus a serem dirigidos para os trabalhos agrícolas e industriais, aprovado pelo Decreto Lei 534 de 31/07/46.
Decreto Lei 9451 de 02/08/46	Contribuição do Brasil à UNRRA (United Nation Relief and Rehabilitation Administration)
Portaria 142 de 07/05/48	Portaria do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio autoriza o DNI (Divisão Nacional de Imigração) a receber e examinar os requerimentos das instituições ou empresas

<sup>11</sup> Ávila, op. cit: 237.

<sup>12</sup> Ministério da Agricultura, op. cit: 2 .

	estabelecidas no território nacional sobre a vinda de estrangeiros artífices especializados 'técnicos de grau médio ou superior' e dá outras providências.
Decreto Lei 25.549 de 04/04/49	Isenta do regime de licença prévia de importação que trata a lei nº 262 de 23/02/48, os bens e instrumentos de trabalho de imigrantes.
Acordo de imigração de 05/07/50	Acordo entre Brasil e Itália.
Resolução nº 1076 de 18/10/50	Resolução do Conselho de Imigração e Colonização que regulamenta a entrada de estrangeiros suprime as cotas de entradas para imigrantes portugueses, espanhóis e franceses
Decreto Lei 28.879 de 23/11/50	Aprova os estatutos da 'Cia. Brasileira de Colonização e Imigração Italiana'.
Lei Federal nº 1365 de 10/05/51	Autoriza a abertura pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes do Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.
Decreto Legislativo nº 55 de 13/11/51	Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil os Países Baixos.
Lei nº 1571 de 11/03/52	Aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, alemães ou japoneses residentes ou domiciliados no exterior as disposições do artigo 1º do Decreto Lei 4806 de 04/10/42 e do artigo 1º do Decreto Lei 9123 de 03/04/45.
Lei nº 2163 de 05/01/54	Cria o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização).
Decreto 3815 de 20/09/54	Declara de utilidade pública o Patronato Assistencial Imigrantes Italianos com sede em SP.
Acordo de Migração 09/12/60.	Acordo firmando entre o Brasil e a Itália
Decreto 52.920 de 22/11/63	Promulga o Acordo de Migração e Colonização entre o Brasil e o Japão
Decreto 53.998 de 03/07/63	Promulga o Acordo de Migração e Colonização entre o Brasil e a Espanha.

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura - Departamento de Museus e Arquivos Memorial do Imigrante/Museu da Imigração. 2002

A legislação brasileira sobre imigração, restritiva ( por meio do regime de cotas) a partir de 1934 não foi revogada no período pós II Guerra, exceção feita a alguns grupos como: portugueses, espanhóis e franceses (1950). Para os outros grupos nacionais, várias restrições continuaram em vigor. Entretanto, percebemos que vários dos instrumentos elencados no Quadro II apontam para um redirecionamento da política imigratória brasileira ao menos em três perspectivas. A primeira delas foi a flexibilização gradual dos mecanismos restritivos à entrada de estrangeiros no país, criados durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. A segunda se refere à inserção do país no grupo de nações associadas aos organismos multilaterais de emigração/imigração - caso da UNRRA, IRO e CIME. Por fim, a criação e/ou incremento de mecanismos (legais e institucionais) se suporte para a recepção desses *novos imigrantes*.

Uma das inovações na legislação imigratória brasileira foi a Portaria 142 de 07/05/48 que autorizava o DNI (Divisão Nacional de Imigração) a receber e examinar os requerimentos das instituições ou empresas estabelecidas no território nacional sobre a vinda de estrangeiros artífices especializados *técnicos de grau médio ou superior*; portaria assinada no âmbito do Ministério de Trabalho. Essa tendência de valorizar os chamados artífices especializados reitera a tese da seletividade da imigração no período, embora dentro da classificação dos imigrantes, esses técnicos já apareçam desde antes da guerra.

### **B) Imigração no pós II Guerra Mundial (1947-1951) o caso paulista**

A imigração para São Paulo pós II Guerra Mundial e sua relação com o processo de industrialização teve, na década de 1950 e nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o C.I.M.E<sup>13</sup>, sua datação e articulações mais precisas.<sup>14</sup> Há, entretanto, um período imediatamente anterior (1947-1951) no qual os objetivos de uma nova política imigratória no país e as estratégias para sua realização, ainda estavam sendo gestadas.

A entrada de imigrantes em São Paulo a partir de 1947 pode ser considerada como reflexo da retomada da política imigratória após um *intermezzo* de quase duas décadas. Desde o final dos anos 1920, o refluxo da imigração para o Brasil foi patente. Na década de 1930 esta tendência se manteve, influenciada no plano interno pela política de nacionalização da mão-de-obra empreendida pelo governo Getúlio Vargas e, no plano externo, pela ascensão de regimes de direita em países de longa tradição emigrantista como a Alemanha, Itália, Espanha e Portugal

---

<sup>13</sup> Dentre os organismos multilaterais criados para auxiliar o deslocamento de populações pós II Guerra Mundial - como apontamos na primeira parte desse estudo - destacaram-se a U.N.R.A.A. (Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas) entre 1945 e 1947, O.I.R. (Organização Internacional para Refugiados) entre 1947 e 1951 e posteriormente o C.I.M.E. (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias), a partir de 1951 até a década de 1980. Para informações mais pontuais sobre o C.I.M.E., ver: **FULLER**, Warren Graham. *O Comitê Internacional para Migrações Européias (CIME) e a Seleção de Mão-de-Obra Estrangeira*. In: **Conferência Promovida em Comemoração ao X Aniversário do SESI pelo Conselho nacional das Indústrias e a Divisão de Coordenação do SESI**. S/1, out. 1956; **SILVA**, Celso A. de Souza. *O Brasil e os Organismos para Migrações*. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. S/1, 1958.

<sup>14</sup> O recorte temporal aqui evidenciado relaciona-se também com o início e o término da produção documental sobre a imigração no pós-guerra que está depositada no acervo do Memorial do Imigrante e que percorre os anos 1946-1981. Para um detalhamento dos grupos documentais do acervo do Memorial do Imigrante ver: **PAIVA**, Odair da Cruz. **Introdução à História da Hospedaria de Imigrantes em seus aspectos Institucionais e guia do Acervo**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 2000 v.1, 20 p. (Série Resumos n.6)

além da crise econômica pós a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque que se estendeu, ao menos, até meados dos anos 1930.

Após o término da II Guerra Mundial, uma nova geo-política do desenvolvimento, gestada pelos países capitalistas centrais criou a possibilidade do estabelecimento de companhias multinacionais (principalmente européias e estadunidenses) em várias regiões do globo e, particularmente, na América Latina.<sup>15</sup> Um novo processo de expansão da economia capitalista teve início após o término do conflito mundial. No Brasil, os embates entre o nacionalismo econômico, gestado durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas e o processo de transnacionalização foram vigorosos a partir da metade dos anos 1940 e praticamente durante toda a década de 1950.

Assim, a retomada do processo imigratório pós II Guerra – e no período particular entre 1947-1951- esteve compassada com questões mais amplas ligadas a conflitos e processos de exclusão e intolerância produzidos durante o conflito mundial na Europa e às necessidades de distencionamento social naquele continente. Por outro lado, a imigração de deslocados e refugiados de guerra, apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica que marcaria as relações internacionais no pós-guerra e da qual fizeram parte os investimentos em regiões *periféricas* do globo e instalação de companhias multinacionais. No plano interno a imigração representava uma expressão do projeto de transnacionalização da economia brasileira.

#### *Imigrantes no pós II Guerra Mundial e a questão do desenvolvimento econômico.*

No início dos anos 1940 e mais especificamente entre os anos 1942/3, um panorama favorável à vitória dos aliados na II Guerra Mundial delineava-se, suscitando análises e projeções sobre necessidades em se realocar grandes contingentes de trabalhadores do velho mundo para outras regiões do planeta.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Em São Paulo, este processo incidiu sobre áreas até então ocupadas por pequenas fábricas, chácaras e olarias que produziam gêneros para o abastecimento da cidade de São Paulo. Regiões próximas à capital como Osasco (oeste), São Miguel Paulista (Leste) e a região sudeste – que seria conhecida como ABC - sofreram um novo processo de ocupação e de mudança de sua identidade econômica e transformaram-se nos anos 1950/1960 em áreas de grande concentração industrial.

<sup>16</sup> Ainda nos anos 1930, surgiu a preocupação com o crescente número de refugiados na Europa e sobre as possibilidades de sua realocação. Segundo dados da Liga das Nações, em 1935 havia aproximadamente 970.000 refugiados na Europa dos quais, a grande maioria era composta por alemães, russos, judeus alemães e republicanos

O número de refugiados durante a II Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Oriente é bastante controverso. As cifras geralmente variam entre 8 milhões até 70 milhões, dependendo da fonte consultada.<sup>17</sup> De qualquer forma, houve, durante este conflito, deslocamentos em massa de populações que fugiam do avanço nazista e ao mesmo tempo, um deslocamento forçado, para fazendas e fábricas, que utilizavam pessoas para o trabalho escravo ou sua colocação em campos de concentração.

Após a II Guerra, houve o retorno da grande maioria destas populações para suas regiões de origem; entretanto, dados da IRO. apontam que em julho de 1947 havia aproximadamente 700.000 de refugiados na Alemanha e Áustria ocupadas pelas forças aliadas. Destes, a grande maioria não desejava voltar para suas regiões de origem.<sup>18</sup>

Os trabalhos de triagem e encaminhamento dos refugiados e deslocados de guerra tiveram início em 1947 sob a coordenação da Organização Internacional de Refugiados (IRO)<sup>19</sup>

*A comissão preparatória da OIR começou a agir em 1 de julho de 1947, dependendo de certas exigências jurídicas para o estabelecimento da agência. Diretamente, passou a cuidar de cerca de 704.000 refugiados e deslocados, a maioria na Alemanha, na Áustria, na Itália e na Europa Oriental e Central, com menores números em outros países da Europa. Incumbiu-se da proteção dos interesses de cerca de 900.000 outros, dos quais 350.000, aproximadamente, se mantinham nas zonas ocupadas e 550.000 – com especialidade os refugiados de antes da guerra – distribuídos por todas as nações da Europa Ocidental.<sup>20</sup>*

O novo mapa da Europa – como apontamos na primeira parte desse estudo - e a desorganização econômica após o conflito impediam o retorno integral da população às suas localidades de origem, particularmente aquelas oriundas de regiões que passaram para a *órbita*

---

espanhóis. O avanço dos regimes totalitários na Alemanha, Itália e Áustria e a tomada do poder pela direita na Espanha, foram os fatores responsáveis pelo deslocamento de uma população que, de forma compulsória procurou refúgio em países como a França, Inglaterra e Holanda. (TRAFT, Donald R.A. (1935) **A Study of International Movements**. New York, The Ronald Press Company, 1936. *Monthly Summary of the League of Nations*. Sept.) A eclosão da II Guerra Mundial contribuiu para elevar sobremaneira número de refugiados e tornar mais dramática a situação destas populações.

<sup>17</sup> Ole Just (1948). faz menção a cifra de 14 milhões de refugiados. Ver: **Au dessus des mers et des frontières. Le grand mouvement migratoire de notre siècle – bases démographiques et économiques de la fédération occidentale**. Rio de Janeiro. Organização Cultural Vida. Já Estanislau Fischlowitz aponta para a existência entre 60 e 70 milhões de refugiados tanto na Europa quanto na Ásia. Ver: *O Problema Internacional das migrações e a paz futura*. **Revista de Imigração e Colonização**. Ano IV n. 4, dez. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, 1943.

<sup>18</sup> Esta questão está apontada em: PAIVA, Odair da Cruz. *Refugiados de Guerra e a Imigração para O Brasil nos anos 1940 e 1950*. **Revista Travessia**. Ano XIII, n. 37 mai/ago de 2000, p.p. 25-30.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*

<sup>20</sup> O.N.U. **O Problema dos Refugiados**. Rio de Janeiro: O.I.R., 1950

da U.R.S.S. Dessa forma, num primeiro momento, o fluxo emigratório entre os anos 1947-1951 constituiu-se, fundamentalmente, por refugiados e deslocados de guerra que se recusaram a voltar para suas localidades de origem. Eram russos, poloneses, ucranianos, romenos, lituanos e búlgaros. Agências como a U.N.R.A.A. e I.R.O. exerceram papel fundamental no processo de repatriação e, principalmente, recolocação desta população.

*A administração da O I.R. era composta por um conselho formado de delegados das nações-membros.(...) Com sede em Genebra, Suíça, a O I.R. possuía um quadro de 2.563 funcionários de 38 nacionalidades, estes trabalham em 31 escritórios das zonas ocupadas da Alemanha e Áustria, na Itália, nos países europeus que recebem imigrantes, nas Américas e no Médio e Extremo Oriente. Este quadro era acrescido por 3.156 funcionários recrutados no local das atividades.*<sup>21</sup>

Até junho de 1949, 418.271 pessoas permaneciam em campos de refugiados na Alemanha e Áustria. Destes, pouco mais de 104 mil eram judeus de diversas nacionalidades, 113.900 eram poloneses, 93.686 eram oriundos da Letônia, Estônia e Lituânia, 60.342 eram ucranianos e 21.271 eram iugoslavos.

Em 1948 foi formada uma comissão mista Brasil - O I.R. (decreto 25.796 de 10-11-1948) a partir da qual o governo brasileiro comprometia-se a receber uma quota de refugiados de guerra, embora o país já os recebesse desde 1947. Um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo na edição de 5-7-1947 intitulado *A tragédia dos deslocados*, encontramos a informação de que o governo brasileiro pretendia receber cerca de 700.000 refugiados de guerra.<sup>22</sup> Dados de 1949 demonstram que chegaram ao país pouco mais de 19.000 imigrantes e as cifras até 1951 não apontam mais do que 25.000 imigrantes classificados como refugiados ou deslocados de guerra.

Mesmo não cumprindo sua “quota”, o governo brasileiro deu visibilidade à questão da recepção dos refugiados, seja com a publicação de artigos em revistas e boletins como os do Departamento de Imigração e Colonização, ou com matérias veiculadas em jornais. Num deles, denominado *A Elite Esquecida*, há um capítulo cujo título é: *Vantagens econômicas e práticas ao empregar um DP*<sup>23</sup> *especializado*. A tônica foi a propaganda sobre o perfil especializado de muitos dos refugiados, e, obviamente, seu potencial de trabalho para os países que quisessem

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> Artigo assinado por Paul Vanorden Shaw e também publicado na **Revista de Imigração e Colonização**. Ano VIII, set. de 1947, n.3. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>23</sup> Abreviação de Displaced Person . Fonte: O.N.U. *A Elite Esquecida*. Rio de Janeiro: O.I.R. s/d.

recebe-los. Há uma primeira parte que trata das *biografias* de alguns desses refugiados e sua contribuição nas diversas áreas das ciências, artes e economia em seus respectivos países de origem.<sup>24</sup>

O fluxo emigratório provocado após o término do conflito e seu potencial econômico já havia sido identificado desde os primeiros anos da década de 1940.

*A presente guerra, como todas as grandes guerras, com o deslocamento dos centros industriais que elas trazem, necessariamente, consigo (...) provocará correntes de migração cujo volume dependerá, em primeiro lugar, mas não exclusivamente, das portas fechadas ou abertas dos países de destino. (...) O centro de gravidade da economia mundial passará, ao que parece, da Europa para a América. (...) Isso não pode ficar sem influência sobre o caráter desse Continente, como, virtualmente, um escoadouro central para a imigração de outros continentes e, em particular, da Europa.*<sup>25</sup>

Nesta avaliação, a absorção dos contingentes egressos da Europa, seria possível na medida em que houvesse uma nova reorganização econômica em nível mundial, e particularmente, no caso do continente americano, uma mudança na vocação econômica de algumas nações. Do ponto de vista político, essa realocação foi considerada fundamental para o distencionamento social e estabilidade política na Europa do pós-guerra, dada a avaliação de que a reconstrução econômica do continente não se realizaria a curto prazo.

As atividades da IRO em São Paulo foram coordenadas pelo Serviço de Imigração e Colonização e logo depois transferidas para o Departamento de Imigração e Colonização. Em São Paulo, estes refugiados ficavam alojados na Hospedaria de Campo Limpo, próxima à Capital, para depois serem encaminhados para o seu local de trabalho. Esta Hospedaria ocupava antigos galpões que serviam de depósito de café e funcionou até o início dos anos 1950.<sup>26</sup> A Hospedaria de Imigrantes, situada no bairro do Brás em São Paulo esteve neste período ocupada pela Escola de Aeronáutica, sendo devolvida à Secretaria da Agricultura somente em 1951.

A partir de 1951, as atividades da IRO. foram paulatinamente reduzidas, como reflexo do fim da recolocação dos deslocados de guerra que viviam nos campos de refugiados na Alemanha e na Áustria. Um acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para

---

<sup>24</sup> Dentre as biografias, estão: veterinário, agrônomo, cirurgião, patologista, bacteriologista, farmacêutico, bioquímico, físico, químico, geofísico, astrônomo, arquiteto, engenheiro, agrimensor, professor, etc.

<sup>25</sup> FISCHLOWITZ, Estanislau. Op. Cit. Grifos nossos.

<sup>26</sup> Os registros desses imigrantes estão depositados no acervo do Memorial do Imigrante - SP.

Migrações Européias (C.I.M.E.) – que substituiu a IRO - manteve o fluxo para o país de uma imigração voltada para a inserção nas atividades industriais.

#### Quadro IV

### IMIGRANTES DESLOCADOS DE GUERRA

Localização Segundo os Estados

<i>ESTADOS</i>	<i>1947</i>	<i>1948</i>	<i>1949</i>	<i>Total</i>
<i>São Paulo</i>	<b>2540</b>	<b>3726</b>	<b>4.813</b>	<b>11.079</b>
Paraná	481	960	3165	4.606
Rio Grande do Sul	206	566	1.388	2.160
Distrito Federal	72	407	1.226	1.705
Goiás	0	138	714	852
Santa Catarina	131	3	757	760
Rio de Janeiro	58	123	299	553
Minas Gerais	0	73	332	463
Bahia	0	8	378	386
Ceará	0	0	12	12
Outros Estados	0	0	33	33
<b>Totais</b>	<b>3.488</b>	<b>6.004</b>	<b>13.117</b>	<b>22.609</b>

Dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Fonte: São Paulo. Secretaria da Agricultura **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**. São Paulo, Dezembro de 1950, n. 5, p.28.

Importante frisar que, a partir dos anos 1950, o país passou a receber também imigrantes oriundos do Japão, apesar das resistências à reabertura da imigração japonesa dentro do Conselho de Imigração e Colonização. A emigração de japoneses no pós-guerra adveio da necessidade de realocar os colonos e ex-soldados que retornam dos territórios ocupados durante a guerra, estimados em 6,3 milhões de pessoas<sup>27</sup>. O Brasil continua nos planos japoneses como destino de emigrantes. Em setembro de 1955 o Japão cria a Empresa de Fomento de Emigração Ultramarina para adquirir terras e fundar colônias, e vender lotes para imigrantes, no Brasil ela é representada pela JAMIC –Imigração e Colonização Ltda. Foi criada também uma instituição denominada Jovens para o Desenvolvimento Industrial para trazer técnicos industriais. Como os europeus, a imigração japonesa no pós-guerra inclui agricultores e também técnicos industriais.

<sup>27</sup> CEHIB. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. **Uma Epopéia Moderna. 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p.p. 381

Assim, a partir dos anos 1950 tivemos uma mudança na dinâmica da imigração para São Paulo. Trabalhadores considerados *especializados* foram agregados – durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 - como mão-de-obra para o crescente parque industrial paulista. Oriundos principalmente da Europa e Japão, a entrada desses imigrantes nos aponta para uma nova reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, na medida em que, para além do fluxo de trabalhadores houve, igualmente, investimentos significativos de companhias estrangeiras em diversos ramos da economia como os setores automobilístico, químico e farmacêutico, siderúrgico e de transportes.

No âmbito geopolítico, as relações internacionais no pós II Guerra, marcadas pela hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética engendraram interdependência político-econômica entre os Estados que compuseram os blocos, definindo o campo da contenda durante a *guerra fria*. No bloco capitalista, processos de integração econômica reforçaram os vínculos de dependência entre as economias centrais e consideradas em *fase de desenvolvimento*. A transnacionalização das economias periféricas consolidou uma hierarquia no processo de integração do bloco ao passo que reforçou sua coesão e identidade política frente ao bloco socialista.

Do ponto de vista político, a imigração de deslocados e refugiados de guerra para o Brasil no período 1947-1951 representou uma estratégia de apropriação da história do país, particularmente no que se referia à sua tradição de acolhimento ao estrangeiro. Esta releitura de nossa história atribuía ao Brasil características de uma realidade social e econômica de tradição nos processos de recepção e assimilação de estrangeiros e como um lugar de tolerância cultural e política. Ao mesmo tempo, num ambiente internacional marcado por processos de exclusão e intolerância, o país abria suas portas para a absorção de imigrantes com perfil profissional adequado ao esforço de modernização de nossa economia.

A imigração nesse período deve ser analisada, portanto, num contexto no qual, por um lado, os acordos políticos celebrados entre o governo brasileiro e as organizações multilaterais de alocação realizavam-se num ambiente de intolerância política que necessitava ser equacionado. Por outro, as necessidades de reorganização e articulação econômicas do bloco capitalista engendrava um ambiente agregador desses sujeitos. Há que se ressaltar, porém, que a política imigratória não se efetivou a partir de um projeto pronto e definitivo e, por isso, produziu

descompassos entre uma história e movimentos de articulação políticos e econômicos gestados no plano internacional e a realidade brasileira.

De fato, a recepção de mão-de-obra qualificada em São Paulo até princípios dos anos 1950 respondeu às necessidades de crescimento econômico apenas no discurso dos técnicos e agentes governamentais inseridos diretamente com a questão da imigração. Na prática, verificamos o oposto. Em vários processos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, encontramos pedidos de informações sobre as possibilidades de colocação nas indústrias paulistas entre os anos 1945 e 1948. Engenheiros e técnicos dos ramos metalúrgico, elétrico e mecânico de diferentes nacionalidades (franceses, belgas, italianos e alemães) tiveram seu pedido apenas anotado para posterior contato.

A imigração de trabalhadores qualificados para São Paulo, em seu início, foi motivada, primordialmente, por acordos entre o governo brasileiro e organismos multilaterais, sem considerar a situação do mercado de trabalho naquele momento. As correspondências dos técnicos da Secretaria da Agricultura apontavam para uma realidade diferente da que era anunciada pelo governo brasileiro no que se referia às possibilidades de inserção de trabalhadores imigrantes no país. Esta tensão revelava, na sua presença, uma ausência: o esgotamento do modelo de desenvolvimento engendrado nos anos 1930 e os dilemas da incorporação da economia brasileira no contexto global pós II Guerra Mundial. Economia esta, periférica do ponto de vista de sua relação com os Estados Unidos e a princípio, em menor grau com a economia européia; apresentava-se como mais uma área propensa aos movimentos de expansão e concentração da economia capitalista.

A questão da inserção de imigrantes no Brasil no período era, portanto, complexa e não podia ser resumida à disponibilidade de trabalhadores na Europa e a necessidade de absorção dos mesmos nas indústrias paulistas. As consultas visando informações sobre possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano-industrial – enviadas entre os anos 1945-47 – obtiveram, quando muito, respostas vagas de encaminhamento a possíveis empregadores no Brasil.

Assim, a política imigratória representava mais do que uma alternativa para o atendimento das necessidades de modernização do parque industrial. Embora acordos bilaterais de emigração/imigração permanecessem no período como expressão da política imigratória brasileira as relações do governo brasileiro com organismos multilaterais expressaram a inserção

necessária da economia de base industrial no país junto a outros governos, organismos de financiamento e capitais transnacionais. A chegada dos *novos imigrantes* foi resultado de um complexo jogo de interesses que empreendeu um esforço poli-coordenado que auxiliou a expansão da base industrial capitalista nas áreas sob a hegemonia do bloco ocidental.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

ÁVILA, Fernando Bastos de, Padre. 1964. **Immigration in Latin América : a study made with the co-operation of the Intergovernmental Committee for European Migration.** Washington: Pan American Union.

BOUSCAREN, Anthony T. 1963. **International Migration since 1945.** New York: Frederick A. Praeger

BRINLEY, Thomas. 1958. **Economics of International Migration.** Londres: Macmillan & Co LTD.

CEHIB. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. 1992. **Uma Epopéia Moderna. 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

FISCHLOWITZ, Estanislau. 1943. *O Problema Internacional das migrações e a paz futura.* **Revista de Imigração e Colonização.** Ano IV n. 4, dez. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro.

FULLER, Warren Graham. 1956. *O Comitê Internacional para Migrações Européias (CIME) e a Seleção de Mão-de-Obra Estrangeira.* In: **Conferência Promovida em Comemoração ao X Aniversário do SESI pelo Conselho nacional das Indústrias e a Divisão de Coordenação do SESI.** S/l, out. 1956

ICEM- Intergovernmental Committee for European Migrations. 1970. **Selective Migration Program for Latin America.** Washington: U.S. Government Print Off.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INCRA. 1978. **70 Anos de Imigração Japonesa pra o Meio Rural Brasileiro.** Brasília: mimeo.

O.N.U. 1950. **O Problema dos Refugiados.** Rio de Janeiro: OIR.

OLE, Just. 1948 **Au dessus des mers et des frontiéres. Le grand mouvement migratoire de notre siècle – bases démographiques et économiques de la fédération occidentale.** Rio de Janeiro: Organização Cultural.

PAIVA, Odair da Cruz. 2000. **Introdução à História da Hospedaria de Imigrantes em seus aspectos Institucionais e guia do Acervo.** São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração. v.1, 20 p. (Série Resumos n.6)

PAIVA, Odair da Cruz. 2000. *Refugiados de Guerra e a Imigração para O Brasil nos anos 1940 e 1950.* **Revista Travessia.** Ano XIII, n. 37 mai/ago de 2000, p.p. 25-30.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA AGRICULTURA. 1950. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização.** São Paulo: Dezembro de 1950, n. 5, p.28.

SHAW, Paul Vanorden. 1947. **Revista de Imigração e Colonização.** Ano VIII, set. de 1947, n.3. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro: Brasil.

SILVA, Celso A. de Souza. 1958. *O Brasil e os Organismos para Migrações.* In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** S/l.

TAGUCHI, Paul. 1960. *Aspects Sociaux de l'Integration des Immigrants Japonais.* In **Fourth International Catholic Migration Congress** organized by the International Catholic Migration Committee in cooperation with Catholic Immigrant Services, Ottawa, Canada: 211-25 de agosto: 131-136.

TRAFT, Donald R.A. 1935. **A Study of International Movements.** New York: The Ronald Press Company, 1936. *Monthly Summary of the League of Nations.* Sept.